

# Um Estudo de Confrontos: Notas Explicativas *versus* Laudos de Avaliação de Imobilizado

Renata Aparecida Soares

Oscar Lopes da Silva

Sidney Pires Martins

## RESUMO

O presente trabalho visou estudar qual o melhor critério para avaliação e mensuração de ativos de acordo com as novas normas de contabilidade nos quesitos de periodicidade, depreciação, tributação e durabilidade. O problema da convergência às novas normas de contabilidade no Brasil se refere à aplicação do IAS 16 e CPC 27, pois há muitas dúvidas sobre a determinação da vida útil do bem e valor residual. Pode-se usar a opção de mensurar os ativos ao valor presente no balanço das entidades para que a evidênciação destes bens não fique somente em valores nas Notas Explicativas, podendo cumprir assim as estimativas das empresas em relação aos créditos tributáveis obtendo um resultado satisfatório. A nova norma não descreve o critério de materialidade utilizado para definir se um ativo deve ser reconhecido no Imobilizado, porém o pronunciamento informa o modo mais adequado para registrar determinados itens não materiais nele e aplicar os critérios do valor global. O trabalho foi elaborado por meio de pesquisa descritiva e qualitativa. As principais conclusões deste estudo foram as novas normas do Ativo Imobilizado, tendo como foco principal o confronto das práticas aplicadas pelas empresas em relação à Revisão da Vida Útil de seus bens no decorrer dos anos de 2009 a 2012.

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho buscou demonstrar a importância da mensuração e avaliação do ativo imobilizado adquirido pela empresa e seus efeitos contábeis. Para tanto, o estudo procurou analisar o controle do ativo imobilizado mostrando os procedimentos de controles internos e contábeis, bem como as distorções de informações e seus impactos nas demonstrações contábeis.

De acordo com o CPC 27, o valor do ativo imobilizado pode ser considerado a partir da ideia de que o custo de aquisição de um bem são todos os gastos necessários para seu funcionamento, por exemplo, transporte, instalação e impostos pagos na aquisição. No decorrer da vida útil do bem, os gastos incorridos com reparos, consertos ou reformas devem ser adicionados ao seu valor, uma vez que podem aumentar a eficiência, produtividade ou vida útil. Apenas deverão ser reconhecidos no ativo imobilizado da companhia os bens que irão trazer benefícios econômicos associados para a entidade. De acordo com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) 1.263/09 – IT 10 (Interpretação sobre Aplicação Inicial do Ativo Imobilizado):

A primeira análise periódica tem o objetivo de revisar e ajustar a vida econômica do bem para cálculo de depreciação, exaustão e amortização, bem como determinar o valor residual dos itens, que será considerado como mudança de estimativa. (NBC T 19.11 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro).

Existem pesquisas sobre Reavaliação de Ativos. Tavares Filho *et al.* (2006) objetivaram identificar as contradições entre a reavaliação de bens do ativo imobilizado no Brasil e os princípios contábeis segundo a estrutura conceitual. Rangel *et al.* (2003) pesquisaram a respeito da prática da reavaliação de ativos e dife-

rimento de despesas na contabilidade das companhias brasileiras. Szuster e Fernandes (2009) analisaram os impactos nas demonstrações financeiras que a convergência aos padrões contábeis internacionais traria às empresas em relação à redução do valor recuperável de ativos e reavaliação de ativos. Rengel *et al.* (2009) apresentaram os efeitos da reavaliação de ativos de empresas limitadas em suas investidoras de capital aberto com a vigência da Lei 11.638/07. Schvirck e Santos (2007) investigaram o tratamento dado pelas empresas para a reavaliação de ativos, no que tange à periodicidade, forma de realização, contabilização dos impostos e *disclosure* da informação.

Para o desenvolvimento deste trabalho foi promovida a análise de cinco empresas que estão listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), confrontando, assim, as informações qualitativas presentes nos 'Laudos de Avaliação de Ativo Imobilizado', desenvolvidos por engenheiros mecânicos, com as 'Notas Explicativas', elaboradas por contadores. O problema da pesquisa tem como foco principal saber como as empresas estão mensurando e avaliando seus bens do ativo imobilizado, e como essas informações são divulgadas nas notas explicativas. Assim, o estudo se embasa na pergunta: como estão ocorrendo os procedimentos de avaliação e de mensuração dos ativos imobilizados pós-adoção da NBC TG 27, investigados nos laudos de avaliação, bem como o impacto dessa adoção nos resultados das empresas?

O objetivo geral foi identificar nos laudos de avaliação feitos pelas empresas qual a forma de adoção da avaliação e mensuração dos seus ativos imobilizados pós-adoção da NBC TG 27, no período de 2009 a 2012. Os objetivos específicos consistiram em levantar o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados e as Notas Explicativas e os laudos referentes ao imobilizado das empresas; identificar os métodos de mensuração dos ativos

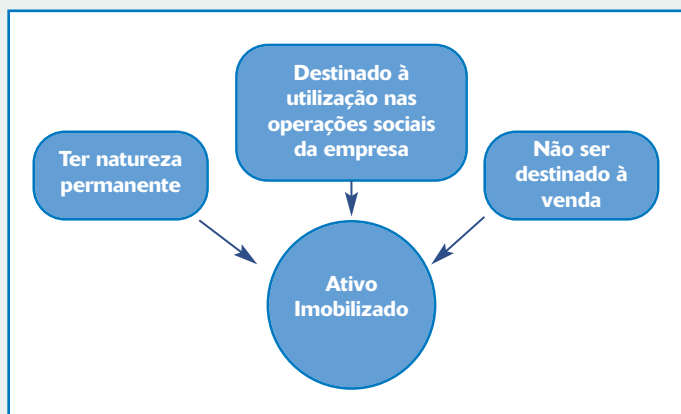
imobilizados das empresas pesquisadas; identificar os métodos de avaliação dos ativos imobilizados das empresas pesquisadas; identificar os métodos de depreciação, as respectivas alíquotas de depreciação e a vida útil adotados antes e depois da NBC TG 27; levantar os dados nas notas explicativas para apresentar a evidenciação das demonstrações contábeis; e identificar o nível de evidenciação das informações do ativo imobilizado mediante a apresentação do laudo de avaliação nas demonstrações contábeis após a NBC TG 27.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os ativos imobilizados são os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens de acordo com as alterações da Lei das Sociedades por Ações introduzidas pela Lei 11.638/07. Hendriksen e Van Breda (1999) afirmam que os bens tangíveis são mantidos dentro da empresa com a finalidade de produzir outros bens ou serviços no curso das operações rotineiras, tendo vida limitada a uma determinada quantidade de anos. O Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado, aprovado pela Deliberação CVM 583/09 e tornado obrigatório pela Resolução do CFC 1.177/09, define que o ativo imobilizado é ativo tangível utilizado na manutenção ou para o fornecimento de mercadorias ou serviços e que se espera utilizar por mais de um período (12 meses). Dessa forma, o CPC 27 conceitua que o ativo imobilizado contabilizado deve estar limitado à capacidade de gerar benefícios futuros à entidade. Nesse sentido pode-se observar que todos os autores definem que o ativo imobilizado é constituído por bens que a empresa adquire com a finalidade de serem utilizados para a manutenção, processo industrial ou comercial da entidade.

Para identificar o ativo imobilizado, inicialmente, devem ser observadas três características básicas para melhor entendimento, conforme figura a seguir:

Figura 1: Características básicas do ativo imobilizado



Fonte: Hendriksen e Van Breda (1999)

Segundo a Avaliação Inicial do Ativo Imobilizado, com a promulgação da Lei nº. 11.638/07, as entidades devem periodicamente efetuar uma análise da recuperabilidade dos valores dos ativos imobilizados registrados no balanço patrimonial, para que sejam ajustados os critérios que determinam a vida útil do bem e, conseqüentemente, a atualização do cálculo da depreciação. Tal previsão também trata da revisão dos bens que compõem os itens do ativo intangível.

De acordo com o CPC 13 – Adoção Inicial da Lei 11.638/07 e da Medida Provisória nº. 449/08 foi determinada a data-base para que as companhias pudessem fazer a primeira revisão. Após aprovação e emissão do CPC 27 (Ativo Imobilizado) em 2009, o Comitê visa à necessidade de estabelecer critérios para que a entidade possa tratar e determinar os valores de depreciação, bem como a vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado da seguinte forma: o valor depreciável de um ativo deve ser apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada; o valor residual e a vida útil de um ativo são revisados pelo menos ao final de cada exercício, e, se as expectativas diferirem das estimativas anteriores, essa diferença deve ser contabilizada como mudança de estimativa contábil, segundo o Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Portanto, ficam as entidades obrigadas a fazer a revisão periódica dos bens que compõem o ativo imobilizado, conforme determina o CPC 13, e cuja aplicação para o exercício de 2009 foi excepcional, podendo a entidade efetuar tal avaliação na abertura do exercício de 2010. Nessa data também deveriam ser efetuados os ajustes do Custo Atribuído (*Deemed Cost*) pelo valor justo, como é tratado no ICPC 10 e no CPC 27. No item 21 do ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimentos dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27, 28, 37 e 43, a administração da companhia deve identificar os bens adquiridos para o ativo imobilizado que ainda estão em operação e de relevância significativa, devendo ser medidos em termos de provável geração futura de caixa e que o seu valor contábil esteja menor ou maior que o valor justo.

Após a aplicação do procedimento de avaliação patrimonial tratado no ICPC 10, como Custo Atribuído (*Deemed Cost*), cabe apurar os saldos decorrentes dessa avaliação, que devem ser contabilizados na abertura do primeiro exercício social em que se aplicar o CPC 27, sendo necessário apresentar os resultados pelo novo valor do custo atribuído.

O resultado da referida avaliação deve ser registrado em conta específica de Avaliação de Imóveis (se for o caso), que está localizada no Ativo não Circulante em contrapartida à conta do Patrimônio Líquido denominada Ajuste de Avaliação Patrimonial, conforme consta no § 3º do art. 182 da Lei nº. 6.404/76, mediante uso de subconta específica, e a conta representativa de Tributos Diferidos Passivos, a depender da opção quanto ao regime de tributação da entidade. Não serão abordados no presente trabalho os impactos tributários e fiscais.

Quando forem atribuídos os novos valores aos itens do ativo imobilizado de acordo com o item 26 do ICPC 10, deve-se utilizar o procedimento de subsequentemente, e à medida que

os bens objeto de atribuição de novo valor forem depreciados, amortizados ou baixados em contrapartida do resultado, os respectivos valores devem, simultaneamente, ser transferidos da conta Ajustes de Avaliação Patrimonial para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados e, a depender da opção quanto ao regime de tributação da entidade, da conta representativa de Tributos Diferidos Passivos para a conta representativa de Tributos Correntes.

Deverão ser aplicados os procedimentos do CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos – no resultado do período, sendo vedada a possibilidade de fazer a baixa contra o patrimônio líquido utilizado para certas reduções ao valor reavaliado. Se constatado que a avaliação pode trazer lucros ou prejuízos, a entidade irá proceder como citado nos itens 28 e 29 do CPC 01, considerando o impacto que a adoção desta interpretação pode trazer no resultado (lucro ou prejuízo) futuro da entidade. Devido ao aumento da despesa de depreciação, exaustão ou amortização no exercício da adoção inicial e seguinte, é necessário que a administração divulgue em nota explicativa a política de dividendos que será adotada durante a realização de toda a diferença gerada pelo novo valor; o relatório que dá suporte ao registro inicial dos ajustes e recomposições referidos nesta Interpretação, devendo ser aprovado pelo órgão deliberativo que tenha competência formal para fazê-lo, o qual deve, ainda, aprovar a política de dividendos referida no item 28.

A mensuração do ativo imobilizado, segundo Hendriksen e Van Breda (1999) “é o processo de atribuição de valores monetários significativos a objetos ou eventos associados a uma empresa, e obtidos de modo a permitir a agregação ou desagregação quando exigida em situações específicas”. Para Almeida e Hajj (1997, p. 66), a mensuração é como uma ‘lente’, por meio da qual o gestor vê a realidade organizacional. Como tal, a mensuração pode aumentar, reduzir ou distorcer a imagem real. O problema central é estabelecer a ‘lente’ que melhor auxilie o gestor no atendimento dos objetivos da organização. Mock e Grove *apud* Guerreiro (1989, p. 80) definem sistema de mensuração como: “conjunto de procedimentos que atribui números a objetos e eventos com o objetivo de prover informações válidas, confiáveis, apropriadas e econômicas para os tomadores de decisões”. Assim, pode-se entender que a mensuração de ativos são procedimentos a que se podem atribuir números com o objetivo de obter informações apropriadas para a tomada de decisões.

Para mensurar os objetos e eventos que compõem a estrutura patrimonial, é necessário que se obtenham valores monetários. Dessa forma, é imprescindível a apresentação e conhecimento de algumas bases e informações para a mensuração dos ativos, como segue no Quadro 1:

Quadro 1: Bases de mensuração do ativo

Valores de entrada	Valores de saída
Custo histórico	Valores de liquidação
Custo corrente (de reposição)	Equivalentes correntes de caixa
Custo corrente corrigido	Fluxo de caixa descontado
Custo histórico corrigido	Preços correntes de saída

Fonte: Hendriksen e Van Breda (1999, p. 304)

Conforme o CPC 27, no item 16, um item do ativo imobilizado para ser reconhecido deverá ser mensurado pelo seu custo. Portanto, o custo de um ativo imobilizado pode ser determinado da seguinte forma:

- (a) seu preço de aquisição, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos;
- (b) quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração;
- (c) a estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local (sítio) no qual este está localizado. Tais custos representam a obrigação em que a entidade incorre quando o item é adquirido ou como consequência de usá-lo durante determinado período para finalidades diferentes da produção de estoque durante esse período.

Na mensuração do custo, de acordo com o CPC 27, no item 23, o custo de um item do ativo imobilizado é equivalente ao preço à vista na data do reconhecimento. Se o prazo de pagamento excede os prazos normais de crédito essa diferença deve ser reconhecida como despesa de juros no período do reconhecimento. Para mensurar o valor justo de um ativo imobilizado com segurança devem-se seguir critérios como: se a variabilidade da faixa de estimativas de valor justo razoável não for significativa; e se as probabilidades de várias estimativas, dentro dessa faixa, puderem ser razoavelmente avaliadas e utilizadas na mensuração do valor justo.

A mensuração do custo após o reconhecimento deve atender aos critérios estabelecidos no CPC 27. Um item do ativo imobilizado deve ser registrado pelo custo menos qualquer depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado. A reavaliação do ativo imobilizado tem como foco principal a atualização de informações condizentes à realidade do mercado. Com isso o valor presente traz benefícios para as empresas, conforme os autores Ludícibus, Martins e Gelbcke (2006, pp. 321/322) citam: atualização dos resultados; não pagamento de dividendos sobre lucros necessários à reposição de ativos; melhor avaliação do ativo, do patrimônio líquido e do valor patrimonial da ação; melhor apresentação dos índices de rentabilidade; melhor apresentação dos índices de solidez financeira.

Desse modo, reavaliação significa a adoção de um novo valor para os bens do ativo imobilizado de acordo com o valor de mercado. Portanto, o custo histórico já está defasado com o passar do tempo. Já o valor de mercado está atualizado e condizente com a realidade atual, podendo ser dado um novo valor ao bem reavaliado. De acordo com o CPC 27, após o reconhecimento do ativo imobilizado, cujo valor mensurado seja confiável e permitido por lei, o novo valor de reavaliação deve corresponder ao valor justo de reavaliação menos qualquer depreciação e perda por redução ao valor recuperável. Sendo assim, o novo valor justo não deve estar em grande divergência em relação ao seu valor contábil já registrado no balanço patrimonial na data de aquisição, e o valor justo na data de reavaliação.

Quando se tratar de reavaliação de terrenos e edifícios, o valor justo normalmente é determinado a partir de evidências mercadológicas por meio de avaliações feitas em torno dos imóveis por profissionais qualificados.

De acordo com os autores Szuster e Fernandes (2009) os laudos que determinam as novas informações sobre a reavaliação dos ativos devem ser respaldos de profissionais ou de empresas especializadas que descrevem os critérios de avaliação dos elementos avaliados.

Quando se tratar de reavaliação de instalações e equipamentos da empresa é utilizado geralmente o valor determinado pelo mercado.

Se houver a necessidade de uma nova reavaliação, o CPC 27, em seu item 34, explica que:

A frequência das reavaliações, se permitidas por lei, depende das mudanças dos valores justos do ativo imobilizado que está sendo reavaliado. Quando o valor justo de um ativo reavaliado difere materialmente do seu valor contábil, exige-se nova reavaliação. Alguns itens do ativo imobilizado sofrem mudanças voláteis e significativas no valor justo, necessitando, portanto, de reavaliação anual. Tais reavaliações frequentes são desnecessárias para itens do ativo imobilizado que não sofrem mudanças significativas no valor justo. Em vez disso, pode ser necessário reavaliar o item apenas a cada três ou cinco anos.

Após a reavaliação dos itens do ativo imobilizado, devem-se utilizar critérios em relação à depreciação acumulada na data da reavaliação, como atualizar proporcionalmente a variação da reavaliação do valor contábil bruto e o valor justo de reavaliação de forma que o novo valor esteja de acordo com o valor reavaliado. Esse método é utilizado quando é feita a aplicação de índice para determinar o custo de reposição depreciado ou se deve eliminar a depreciação pelo valor bruto contábil já registrado, atualizando seu valor líquido pelo novo valor reavaliado. Esse método é frequentemente utilizado para avaliação de edifícios.

Os valores de ajuste decorrente da reavaliação ou da eliminação da depreciação fazem parte do aumento ou da diminuição do novo valor contábil já registrado. Entende-se que, quando ocorrer reavaliação de ativo imobilizado, a companhia deverá utilizar o critério determinado pelo CPC 27 no item 39, p. 648.

Se o valor contábil do ativo aumentar em virtude de reavaliação, esse aumento deve ser creditado diretamente à conta própria do patrimônio líquido. No entanto, o aumento deve ser reconhecido no resultado quando se tratar da reversão de decréscimo de reavaliação do mesmo ativo anteriormente reconhecido no resultado.

Quando a reavaliação for de forma negativa, a companhia deverá adotar o seguinte procedimento de acordo com o CPC 27 no item 40, p. 648.

Se o valor contábil do ativo diminuir em virtude de reavaliação, essa diminuição deve ser reconhecida no resultado. No entanto, se houver saldo de reserva de reavaliação, a diminuição do ativo deve ser debitada diretamente ao patrimônio líquido contra a conta de reserva de reavaliação, até o seu limite.

Na redução do valor recuperável do ativo, de acordo com CPC – 01 (R1), aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), elaborado a partir do IAS 36 – *Impairment of Assets* (BV2010), emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) em 2009, o Pronunciamento Técnico tem por objetivo estabelecer procedimentos que devem ser aplicados para assegurar que os ativos não estejam contabilmente registrados pelo valor que exceda seu valor de recuperação.

Um bem do ativo imobilizado pode ser considerado desvalorizado quando seu valor contábil excede o valor recuperável. Para isso, devem-se utilizar algumas fontes de informação consideradas importantes para indicação da desvalorização do ativo, como representado no Quadro 2.

Quadro 2: Fontes de informações internas e externas para indicação da desvalorização de um ativo

Fontes externas de informação	Fontes internas de informação
O valor de mercado do ativo diminuiu sensivelmente, mais do que seria de se esperar como resultado da passagem do tempo ou do uso normal.	Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico.
Mudanças significativas no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado.	Mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade, na medida ou maneira em que um ativo é ou será utilizado. Essas mudanças, entre outras, incluem: o ativo que se torna inativo, o ativo que a administração planeja descontinuar, reestruturar ou baixar antecipadamente ou, ainda, o ativo que passa a ter vida útil definida ao invés de indefinida.
As taxas de juros de mercado, ou outras taxas como de retorno sobre investimentos, aumentaram, e esses acréscimos provavelmente afetarão a taxa de desconto utilizada no cálculo do valor de um ativo em uso e diminuirão significativamente o seu valor recuperável.	Evidência disponível, proveniente de relatório interno, que indique que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.
O valor contábil do patrimônio líquido da entidade se tornou maior do que o valor de suas ações no mercado.	Levantamentos ou relatórios internos que evidenciem que o desempenho econômico do ativo é, ou será, pior do que o esperado.

Fonte: CPC 01 – (R1) Redução ao valor recuperável de ativos

A entidade deve avaliar ao fim de cada exercício social se há alguma indicação de desvalorização dos ativos; caso confirme tal desvalorização, deve estimar o valor recuperável do ativo, mesmo que não ocorra nenhuma indicação de desvalorização do valor recuperável do ativo. Quanto às baixas dos bens do ativo imobilizado, de acordo com o CPC 27, o valor contábil de um bem do ativo imobilizado deve ser baixado quando ocorrer sua alienação e quando não houver expectativa de benefícios econômicos com a sua utilização, alienação ou venda. No momento da alienação do item do ativo imobilizado, o CPC 27 destaca como devem ser reconhecidos os valores das baixas.

A Divulgação do Ativo Imobilizado nas Demonstrações Contábeis deve estar de acordo com o CPC 27, bem como a divulgação do método de depreciação acumulada; os efeitos das mudanças ocorridas de estimativas contábeis como determina o CPC 23 (Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro). Quando forem aplicados os procedimentos do CPC 01 (Redução ao Valor Recuperável de Ativos), a entidade deverá divulgar as informações dos bens que perderam valor.

### 3 MÉTODO DA PESQUISA

O presente trabalho foi elaborado por meio de pesquisas descritivas e qualitativas. De acordo com Gil (2008), as pesquisas descritivas possuem como objetivo a descrição das características de uma população, fenômeno ou de uma experiência. Na pesquisa qualitativa, o desenvolvimento é imprevisível. O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. "O objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações" (DESLAURIERS, 1991, p. 58).

A pesquisa documental foi fundamentada em análise das notas explicativas, bem como dos laudos de avaliação de ativo imobilizado das empresas em site próprio e na Bovespa, no Novo Mercado. Foram utilizadas cinco empresas de diversos segmentos. Também foram coletadas informações juntos aos órgãos CPC e CVM, para melhor poder interpretar e evidenciar os assuntos abordados no referencial teórico e em todo o trabalho.

A seguir, é apresentada a relação de empresas que foram objeto de estudo para a pesquisa e suas respectivas atividades: Companhia Industrial Schlösser S.A. (Fios e Tecidos), Forjas Taurus S.A. (Armas e Munições), Celulose Irani S.A. (Papel e Celulose), Weg Motores S.A. (Motores, Compressores e Outros), Dtcom Direct To Company S.A. (Serviços diversos).

Para a pesquisa foram coletadas informações dos balanços patrimoniais, notas explicativas e demais relatórios que as empresas publicaram em site próprio ou no site da Bovespa. O estudo abordou somente informações relativas à parte contábil de acordo com os CPCs que foram citados no decorrer do referencial teórico. Sendo assim o foco do trabalho não abrange impactos tributários e fiscais referentes à avaliação e mensuração do ativo imobilizado.

A análise dos dados foi feita de acordo com as informações já existentes nas notas explicativas e nos laudos de avaliação de ativo imobilizado. Após a retirada dessas informações, foram estudadas quais práticas estão sendo utilizadas pelas empresas na

avaliação e na mensuração de seu ativo imobilizado, e se tais informações resultantes das avaliações e mensurações foram devidamente explicitadas nas notas explicativas.

## 4 ANÁLISE DOS DADOS

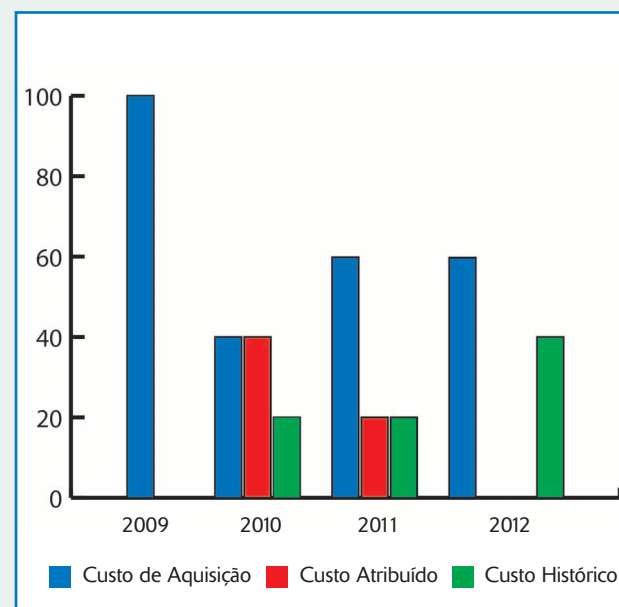
### 4.1 Práticas de Mensuração do Ativo Imobilizado

Para análise das práticas que estão sendo adotadas pelas empresas na mensuração do ativo imobilizado, foram utilizados alguns tópicos fundamentais, evidenciados em notas explicativas, baseados no CPC 27 (Ativo Imobilizado), para que a análise das informações pudesse ser fundamentada com prudência e confiabilidade. Os tópicos utilizados para mensuração do ativo imobilizado foram: método de reconhecimento, método de depreciação, baixas, evidenciação das informações e divulgação.

#### 4.1.1 Companhias que Evidenciaram o Método de Reconhecimento

Das empresas estudadas, no ano de 2009, todas disponibilizaram em suas notas explicativas as informações sobre a utilização do método de reconhecimento inicial, podendo assim ter as informações que se fazem necessárias para obter o resultado pesquisado de que 100% dessas empresas optaram pelo Método de Reconhecimento Inicial do Ativo Imobilizado pelo Custo de Aquisição. Pode-se ver essa informação com mais clareza no gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Método de Reconhecimento Inicial



Fonte: Dados da pesquisa

Já em 2010, 40% das empresas aplicaram o Método do Custo Atribuído (*Deemed Cost*), como Método de Reconhecimento de seus Ativos Imobilizados, pois utilizaram o processo de revisão de vida útil de seus bens componentes do ativo imobilizado.

Como deliberado pela CVM e pelo CPC, as empresas deverão, pelo menos ao final de cada exercício, revisar a vida útil

de seus bens do Ativo Imobilizado, com o objetivo de determinar a vida útil estimada e o valor residual para cálculo de depreciação. Dessa forma devem ser utilizados como base os procedimentos constantes no CPC 27 (Ativo Imobilizado) e ICPC 10 (Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43).

Ainda em 2010, 20% das empresas utilizaram o Método do Custo Histórico, pois não adotaram o procedimento de revisão de vida útil. Em 2011 e 2012, 60% das empresas permaneceram com o Método de Reconhecimento do Custo de Aquisição para reconhecimento dos seus bens adquiridos. De acordo com o CPC 27 (Ativo Imobilizado), entende-se que o custo de aquisição de um bem deve ser considerado desde a aquisição com todos os gastos que se fizerem necessários para colocar o bem em funcionamento.

Pelos resultados obtidos, pode-se verificar que as empresas pesquisadas deixaram bem evidenciados em suas notas explicativas quais foram os métodos utilizados para mensuração dos bens do ativo imobilizado.

#### 4.1.2 Métodos de Depreciação

Quando foi analisado o critério de depreciação utilizado pelas empresas, verificou-se que houve uma predominância na adoção da depreciação pelo Método Linear. Assim, 100% das empresas pesquisadas utilizam este método de depreciação, que consiste em identificar a vida útil do bem dividindo pelo valor a ser depreciado, encontrando o valor que será utilizado como valor fixo de depreciação mensal ou anual. Este método é conhecido pela simplicidade do cálculo. No quadro a seguir pode ser demonstrada com mais clareza tal informação.

Quadro 3: Métodos de depreciação utilizados pelas empresas pesquisadas

MÉTODO DE DEPRECIÇÃO	
Companhia Industrial Schlösser S.A.	Método Linear
Forjas Taurus S.A.	Método Linear
Celulose Irani S.A.	Método Linear
Weg Motores S.A.	Método Linear
Dtcom Direct To Company S.A.	Método Linear

Fonte: Dados da pesquisa

#### 4.1.3 Adoção do CPC 27 (Ativo Imobilizado) e ICPC 10

Em 2010 todas as empresas estudadas adotaram as práticas que constam no CPC 27 e no ICPC 10 para revisar a vida útil de seus bens que compõem o ativo imobilizado. Demonstrando nas notas explicativas as mudanças ocorridas e os impactos trazidos de um exercício para o outro.

Como se pode verificar não foram encontradas dificuldades para análise dos dados na apuração das informações, de quais e quantas empresas pesquisadas adotaram o CPC 27 – Ativo Imobilizado, como base para mensuração de seus ativos imobilizados.

#### 4.1.4 Baixas do Ativo Imobilizado

As baixas do ativo imobilizado ocorrem pelo fato de os bens serem sucateados, não trazerem mais benefícios para a empresa, ou pela venda. As companhias estudadas não demonstraram em suas notas explicativas os fatores que levaram às baixas destes bens, só demonstraram tal movimentação em valores no mapa de operações do ativo imobilizado no período, juntamente com as aquisições, transferências e as respectivas depreciações.

A única empresa pesquisada a apresentar em notas explicativas as baixas de ativo foi a Forjas Taurus S.A., a qual demonstra que os bens baixados são registrados como ganhos ou perdas, e que tais resultados são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Diante das informações analisadas, no que tange à baixa dos bens foram encontradas dificuldades na pesquisa de informações. As empresas não divulgaram em notas explicativas quais os procedimentos adotados para realizar as baixas dos bens que não estão sendo mais utilizados ou vendidos.

#### 4.1.5 Evidenciações das Informações nas Notas Explicativas

Para evidenciar com clareza as informações objeto desta pesquisa, foi necessário analisar os seguintes tópicos em notas explicativas no que se refere ao ativo imobilizado: métodos de depreciação utilizados; vida útil utilizada; taxa de depreciação utilizada; valor contábil bruto e depreciação acumulada do período; mapa de operações do ativo imobilizado do período; itens que estão totalmente depreciados; e os itens que estão ociosos ou mantidos para venda.

Após a coleta de dados, verificou-se que 100% das empresas pesquisadas demonstraram com clareza quais os métodos de depreciação utilizados em notas explicativas no período pesquisado.

No que tange à vida útil dos bens que compõem o Ativo Imobilizado, 20% das empresas objeto da pesquisa explicitaram com clareza por qual período (anos) esperam que os bens que compõem o ativo imobilizado possam trazer benefícios econômicos para a entidade à qual pertencem.

Em todos os anos pesquisados todas as empresas demonstraram o Mapa de Operações do ano vigente. No Mapa de Operações constam as informações de toda a movimentação do ativo imobilizado, como aquisições, baixas, transferências do exercício vigente.

Em 2012, 40% das empresas não demonstraram em notas explicativas as taxas de depreciação utilizadas, assim dificultando a evidenciação das informações com clareza e confiabilidade.

Todas as empresas que demonstraram a Taxa de Depreciação basicamente utilizam as mesmas taxas para os grupos de bens do ativo imobilizado, como pode ser verificado nos quadros seguintes:

Quadro 4: Taxas de depreciação utilizadas – Adaptado - Notas Explicativas Companhia Industrial Schlösser S.A.

TAXAS DE DEPRECIÇÃO COMPANHIA INDUSTRIAL SCHLÖSSER S.A.				
Descrição da conta	2009	2010	2011	2012
Edifícios	2% a 10%	0,64% a 3,01%	0,64% a 3,01%	0,64% a 3,01%
Equipamentos de informática	10% a 20%	10% a 20%	10% a 20%	10% a 20%
Móveis e Utensílios	10%	10%	10%	10%
Veículos	20%	20%	20%	20%
Instalações	7% a 25%	7% a 25%	7% a 25%	7% a 25%
Máquinas e Equipamentos	5% a 20%	5% a 50%	5% a 50%	5% a 50%
Direito de Uso	20%	20%	20%	20%

Fonte: Disponível em: <<http://www.schlosser.com.br/site/hp/index.php>>

Quadro 5: Taxas de depreciação utilizadas – Notas Explicativas Companhia Industrial Schlösser S.A.

TAXAS DE DEPRECIÇÃO WEG MOTORES S.A.				
Descrição da conta	2009	2010	2011	2012
Terrenos e Construções	00 a 04%	2% a 3%	2% a 3%	2% a 3%
Equipamentos e Instalações	10% a 30%	5% a 20%	5% a 20%	5% a 20%
Móveis e Utensílios	10% a 30%	7% a 10%	7% a 10%	7% a 10%
Hardware e Software	20% a 30%	20% a 50%	20% a 50%	20% a 50%

Fonte: Disponível em: <<http://www.weg.net/br/Media-Center/Central-de-Downloads>>

Por meio dos dados coletados em notas explicativas, verifica-se que tais informações são de extrema importância para uma análise precisa e real dos números nelas contidos. De acordo com as Demonstrações Contábeis, as informações efetivamente apontam a realidade da empresa naquele período e sua situação patrimonial líquida.

Segundo o Pronunciamento Técnico CPC-026 (CPC, 2011), o objetivo das demonstrações contábeis é proporcionar informação acerca da posição patrimonial e financeira da entidade que seja útil a um grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões econômicas. As demonstrações contábeis também objetivam apresentar os resultados da atuação da administração, em face de seus deveres e responsabilidades na gestão diligente dos recursos que lhes foram confiados.

É importante salientar que a Análise das Demonstrações Contábeis é de extrema importância, sendo de responsabilidade de quem está analisando essas informações, conforme destacado pelo Portal de Contabilidade:

O analista de balanço corre o risco de oferecer parecer ou apresentar índices que poucos subsídios darão aos usuários de suas informações e que estas podem ser imprecisas ou enganosas. Assim acontecendo, o analista de balanços poderá ser responsabilizado pelas informações prestadas, se o investidor ou credor sofrer prejuízos. Ob-

serve também que empresas de auditoria, apesar de toda sua experiência, também já foram ludibriadas e sofreram sanções. Por esse motivo, pelo menos uma das norte-americanas famosas foi obrigada a fechar suas portas. As Agências Classificadoras de Risco, conhecidas como Agências de Rating, também estão sujeitas a processos judiciais caso eventuais informações imprecisas venham a causar prejuízos a pessoas ou entidades que se utilizem de suas informações profissionais. (LUNELLI, Reinaldo Luiz. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/analisedemonstracoesfinanceiras.htm>>).

## 4.2 Práticas de Avaliação do Ativo Imobilizado Evidenciadas nos Laudos de Avaliação

Para confrontar os dados dos Laudos de Avaliação dos Engenheiros, foram coletadas as informações das Notas Explicativas. Diante desses elementos procede-se à análise para verificar se as companhias que foram objetos do presente estudo adotaram as mesmas práticas disponibilizadas nos laudos pelas empresas especializadas em avaliação do ativo imobilizado.

### 4.2.1 Companhia Industrial Schlösser S.A.

Para analisar o confronto dos dados foram retiradas dos Laudos de Avaliação algumas informações primordiais para tal análise, que podem ser observadas no Quadro 6:

Quadro 6 – Análise da avaliação

DADOS ANÁLISE DA AVALIAÇÃO EMPRESA: COMPANHIA INDUSTRIAL SCHLÖSSER S.A.	
Finalidade da avaliação	Realizar a Avaliação dos bens componentes do Ativo Imobilizado para determinação do Valor Justo da Vida Útil estimada desses bens para fins de depreciação
Tipo de valor	Valor de mercado para compra / Custo de reedição
Metodologia aplicada	Pesquisa mercadológica
Depreciação de Máquinas e Equipamentos	Função desgaste
Determinação do valor justo	Método de custo
Determinação da vida útil remanescente	Foi determinada em função da vida útil e a idade aparente

Fonte: Dados da pesquisa

A Companhia Industrial Schlösser S.A. utilizou a Avaliação de Bens Móveis com a finalidade de determinar o valor justo e a vida útil para fins de depreciação dos bens componentes do ativo imobilizado, em atendimento à Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e aos Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em especial os CPC nº. 01 – Valor Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC nº. 04 – Ativo Intangível, CPC 27 – Ativo Imobilizado, além das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas (NBCT) e deliberação e atos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Com essa avaliação foi possível determinar um novo Valor Justo ou de Mercado para os bens do ativo imobilizado, sendo obtidos R\$ 13.113.815,18 (treze milhões, cento e treze mil, oitocentos e quinze reais e dezoito centavos), apurados no ano de 2011.

A companhia procedeu aos Ajustes da Avaliação Patrimonial e à Provisão dos Tributos Diferidos em 34%, referentes à

avaliação a partir do exercício de 2009, recalculando os valores de depreciação após essa data até a data atual do balanço.

A depreciação atualmente utilizada pela companhia é o Método Linear, em que o cálculo leva em consideração a Vida Útil econômica dos bens. Mas no Laudo de Avaliação do Ativo Imobilizado foi indicado que a entidade deverá empregar os Métodos de Depreciação para os grupos de contas conforme quadro a seguir:

Quadro 7 – Método de depreciação empregado de acordo com o Laudo de Avaliação do Ativo Imobilizado

Grupo de contas	Método de depreciação empregado
Máquinas e Equipamentos	Função Desgaste
Móveis e Utensílios	Ross-Heidecke

Fonte: Adaptado de Laudo de Avaliação de Bens Móveis, 2011.

Para determinação do Valor Justo dos bens do Ativo Imobilizado a empresa avaliadora utilizou o procedimento de Método de Custo, que possibilita analisar qual o valor real do ativo imobilizado da empresa, no ato do investimento, devidamente ajustado, se for o caso, pela correção monetária, variação cambial e até mesmo juros de financiamento. Deduzindo assim o valor da perda ou da provisão para redução do valor de mercado.

Foram analisados nas Demonstrações Contábeis os dados a seguir para validação das informações constantes no Laudo de Avaliação: Método de Custo dos Ativos Imobilizados após a Avaliação; Método de Depreciação dos Ativos Imobilizados após a Avaliação; Taxa de depreciação utilizada; Nova Vida Útil remanescente; e Ajuste de Avaliação Patrimonial e a Provisão dos Impostos Diferidos referentes à avaliação.

No quadro a seguir é possível associar melhor essas informações retiradas das Notas Explicativas e das Demonstrações Contábeis da empresa pesquisada.

Quadro 8 – Resumo de Avaliação demonstrada nas Notas Explicativas

RESUMO DAS INFORMAÇÕES DE AVALIAÇÃO DEMONSTRADA NAS NOTAS EXPLICATIVAS	
Método de Custo	Com o objetivo de mensurar seus ativos imobilizados a valor justo, efetuou a avaliação pelo custo atribuído.
Método de depreciação	A depreciação é calculada pelo método linear.
Vida útil	A vida útil econômica dos bens será revisada periodicamente com o objetivo de adequar as taxas de depreciação.
Provisão dos Impostos Diferidos	Com o reconhecimento do novo custo atribuído em seu ativo imobilizado a Companhia contabilizou os tributos diferidos na alíquota de 34% sobre ajuste avaliação patrimonial. Também foi realizada uma provisão dos tributos diferidos sobre bens não depreciáveis (terrenos).

Fonte: Adaptado de Laudo de Avaliação de Bens Móveis, 2011.

Analisando as informações publicadas nas Notas Explicativas referentes à Avaliação do Ativo Imobilizado, pode-se verificar que a Companhia Industrial Schlösser S.A. não utilizou o mesmo Método de Depreciação que a empresa avaliadora sugeriu de acordo com os estudos feitos na vistoria.

As novas taxas de depreciação foram publicadas pela companhia em suas Notas Explicativas, e a empresa avaliadora não informou no Laudo de Avaliação tais dados. Podem-se verificar as alterações das taxas de depreciação no Quadro 9.



Quadro 9 - Comparativo das taxas anuais de Depreciação

COMPARATIVO DAS TAXAS ANUAIS DE DEPRECIÇÃO				
DESCRIÇÃO DA CONTA	2009	2010	2011	2012
Edifícios	2% a 10%	0,64% a 3,01%	0,64% a 3,01%	0,64% a 3,01%
Equipamentos de informática	10% a 20%	10% a 20%	10% a 20%	10% a 20%
Móveis e Utensílios	10%	10%	10%	10%
Veículos	20%	20%	20%	20%
Instalações	7% a 25%	7% a 25%	7% a 25%	7% a 25%
Máquinas e Equipamentos	5% a 20%	5% a 50%	5% a 50%	5% a 50%
Direito de Uso	20%	20%	20%	20%

Fonte: Notas explicativas dos anos de 2009, 2010, 2011 e 2012.

A nova vida útil dos ativos imobilizados não foi publicada pela empresa avaliadora e também não foi evidenciada nas notas explicativas, dessa forma tal critério não poderá ser tratado na presente pesquisa.

De acordo com as informações extraídas do Laudo de Avaliação, após os procedimentos de Avaliação do Ativo Imobilizado da Companhia Industrial Schlösser S.A., as publicações dessas informações são de extrema importância para as empresas que fazem este tipo de procedimento pelo fato de aumentar o valor de seu patrimônio.

Dessa forma, aumentando também a sua visão potencial mediante seus investidores, acionistas e até mesmo pela visão bancária, caso a empresa esteja realizando algum processo de financiamento.

#### 4.2.2 Forjas Taurus S.A.

A empresa Forjas Taurus S.A. não utilizou o processo de Avaliação de Ativo Imobilizado, mas o processo de avaliação de todos os grupos de contas, para mensurar o valor real de seu Patrimônio Líquido.

De acordo com o Laudo de Avaliação de Empresas publicado pela companhia pesquisada, podem-se analisar as informações básicas da avaliação do grupo ativo imobilizado; essas informações serão verificadas nas notas explicativas para confirmar se a Forjas Taurus evidenciou com clareza em suas Demonstrações Contábeis as práticas que foram determinadas pela empresa especializada em avaliação.

A Companhia Forjas Taurus S.A. utilizou o processo de avaliação de seus bens que compõem o ativo imobilizado empregando o método do *Deemed Cost*, que consiste em avaliar seus bens pelo valor justo. A empresa obteve um aumento significativo em seu ativo imobilizado como resultado do procedimento de Avaliação pelo Valor Justo, tendo como contrapartida do resultado de tal avaliação o patrimônio líquido. A companhia identificou que não seria necessário o Ajuste Patrimonial referente à Avaliação do Ativo Imobilizado, pois considerou como melhor estimativa manter o valor contábil de seus bens.

No Quadro 10 tem-se um resumo da avaliação, para melhor análise das informações que deverão ser evidenciadas.

Quadro 10 – Informações para análise das práticas adotadas pela empresa na Avaliação de Ativo Imobilizado

DADOS ANÁLISE DA AVALIAÇÃO EMPRESA: FORJAS TAURUS S.A.	
Finalidade da avaliação	Atender os termos dispostos no artigo 264 da Lei nº. 6.404, de 15/12/1976 (Lei das S/A), de forma a avaliar o patrimônio e obtenção do Custo Atribuído para os bens constantes no Ativo Imobilizado.
Premissas para avaliação	Os ativos imobilizados do Grupo foram reavaliados pelo custo atribuído ( <i>deemed cost</i> ) na data de abertura do exercício de 2009. Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais.
Critérios de avaliação	Procedemos a uma análise dos saldos reavaliados e das movimentações desde a data-base de 31/12/2008 a 31/12/2010 e não identificamos nenhum sinal de ajuste relevante. Dessa forma foi mantido o valor contábil por ser considerada a melhor estimativa.
Determinação da vida útil remanescente e das taxas de depreciação.	A vida útil dos ativos depreciáveis foi revisada e estimada de forma a refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.
Resultados da Avaliação	Os resultados das avaliações foram aprovados pela Administração.

Fonte: Adaptado – Laudo de Avaliação de empresas Forjas Taurus S.A. – Disponível em: <[www.taurusri.com.br/Download.aspx?Arquivo.../VA](http://www.taurusri.com.br/Download.aspx?Arquivo.../VA)>

Conforme demonstrado nas notas explicativas, após a aplicação do procedimento do *Deemed Cost*, a Companhia Taurus permaneceu com o Método de Depreciação Linear no período pesquisado. Contudo, mesmo não adotando o procedimento emitido pelo ICPC 10, é possível verificar que, em seus itens mais relevantes do Imobilizado, a empresa utilizou uma vida útil diferente da exigida pela legislação atual.

As informações sobre a expectativa de vida útil que a empresa utiliza pode ser demonstrada com mais clareza no Quadro 11.

Quadro 11 – Comparativo da taxa de depreciação antes e depois da revisão da vida útil

EXPECTATIVA DE VIDA ÚTIL				
DESCRIÇÃO DA CONTA	2009	2010	2011	2012
Terrenos e Edificações	25 anos	27 anos	27 anos	27 anos
Instalações	10 anos			
Máquinas e equipamentos	10 anos	15 a 20 anos	15 a 20 anos	15 a 20 anos
Matrizes e ferramentas	10 anos			
Móveis e utensílios	10 anos	15 anos	15 anos	15 anos
Outros componentes	5 anos	5 a 6 anos	5 a 6 anos	5 a 6 anos
Benfeitorias em máquinas de terceiros	3,3 a 2,7 anos			

Fonte: Adaptado Notas Explicativas – Forja Taurus S.A.. 2008 e 2009

Com as informações coletadas nas notas explicativas pode-se analisar que os bens de maior relevância da empresa possuem uma expectativa de vida maior, assim ocasionando menor despesa de depreciação no período, o que leva a empresa a desembolsar um menor valor do caixa para pagamento de obrigações referentes a Impostos e Contribuições. Essa movimentação é conhecida como Planejamento Tributário no Ativo Imobilizado, em que é feito um estudo que pode diminuir a carga tributária da empresa.

#### 4.2.3 Celulose Irani S.A.

A empresa Celulose Irani S.A. não publicou o Laudo de Avaliação e Revisão de Vida Útil de seus bens que compõem o Ativo Imobilizado, mas demonstrou algumas informações em suas Notas Explicativas.

A companhia efetuou em 2010 a revisão de vida útil para determinar o valor real de seus bens do Ativo Imobilizado como deliberado pelo CPC, no pronunciamento ICPC 10.

Diante do exposto a empresa optou por alterar como melhor estimativa as informações determinadas pela empresa especializada no processo de avaliação. Essas informações foram retiradas das Notas Explicativas e podem ser observadas com clareza no Quadro 12, contendo as alterações das taxas de depreciação calculadas a partir das vidas úteis determinadas pela empresa avaliadora.

Quadro 12 – Comparativo da taxa de depreciação antes e depois da revisão da vida útil

VIDA ÚTIL DO ATIVO IMOBILIZADO				
DESCRIÇÃO DA CONTA	2009	2010	2011	2012
Prédios e construções	4%	2,25%	2,25%	2,25%
Equipamentos e instalações	10% a 20%	6,45%	6,45%	6,45%
Veículos e tratores	20%	20%	20%	20%
Móveis e utensílios	10% a 20%	5,71%		
Bens contratados em leasing financeiro	10% a 25%			

Fonte: Notas Explicativas Celulose Irani. 2009, 2010, 2011 e 2012 – Disponível em: <<http://www.irani.com.br/pt/ri/info/relatorios/tp/6>>

Pode-se verificar que, após a revisão de vida útil, a empresa alterou a taxa de depreciação, e anualmente revisará a vida útil de seus bens para adequar as taxas de depreciações de acordo com a expectativa econômica dos itens.

#### 4.2.4 Dtcom Direct To Company S.A.

A empresa promoveu a Avaliação Patrimonial de seus bens do Ativo Imobilizado com o objetivo de determinar o seu Valor de Mercado. Para isso, foi necessário realizar a visita técnica na empresa com a finalidade de vistoriar os bens que seriam avaliados. Esse procedimento é mais conhecido como Inventário Físico, necessário para verificar o estado de conservação e manutenção dos bens que serão avaliados com o intuito de relacionar todos os bens que compõem o Ativo Imobilizado, dessa forma tendo uma relação de quantos e quais são os itens pertencentes à empresa. No Quadro 13 consta resumo para analisar as informações sobre as práticas da Avaliação do Imobilizado da empresa.

Quadro 13 – Resumo das práticas de Avaliação do Ativo Imobilizado

DADOS ANÁLISE DA AVALIAÇÃO EMPRESA: DTCOM DIRECT TO COMPANY S.A.	
Metodologia para avaliação dos terrenos	Método Direto (Comparativo de Dados de Mercado)
Metodologia para avaliação das benfeitorias	Preços de Custo de Reprodução
Método de depreciação para as Edificações	Ross-Heidecke
Metodologia avaliação de Máquinas e Equipamentos	Valor de Mercado
Crítérios de avaliação de Máquinas e Equipamentos	Método de Custo

Fonte: Laudo de Avaliação de empresas Dtcom Direct ToCompany S.A.

Após estimar os bens no ano de 2007 a empresa avaliadora constatou que o melhor Método para Avaliação dos Bens seria o Método de Custo, pois, quando foi realizado o procedimento, o CPC ainda não havia deliberado a Interpretação ICPC 10 e o CPC 27, para utilizar base conceitual para avaliação.

No ano de 2010 a empresa efetuou a revisão da vida útil

dos bens, conforme estabelecido no ICPC 10, e identificou vários bens que estavam com Valor Contábil inferior ao Valor Justo ou mesmo com valor igual a zero. A aplicação do Custo Atribuído elevou o Patrimônio da empresa em 26%, conforme demonstrado no Quadro 14, nos dados que foram extraídos das Notas Explicativas, tendo como contrapartida a conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial livre dos Impostos Diferidos, que totalizam 34% sobre o valor total da avaliação.

Quadro 14 – Resumo dos valores da aplicação do Custo Atribuído – Milhares de R\$

Descrição da conta	Saldo Contábil	Custo Atribuído	Valor Contabilizado
Terrenos	329	601	930
Edificações	949	186	1.135
Móveis e Utensílios	717	186	903
Equipamentos de som e imagem	7.058	1.583	8.641
Equipamentos de recepção e transmissão	6.122	1.867	7.989
Equipamentos de informática	2.027	127	2.154
Veículos	34	1	35
Outros	277	23	300
TOTAL	17.513	4.574	22.087

Fonte: Adaptado Notas Explicativas – DTCOM DIRECT TO COMPANY S.A, 2010.

#### 4.2.5 Weg Motores S.A.

A empresa Weg Motores utilizou o procedimento de Avaliação pelo Custo Atribuído no ano de 2010, mas não publicou o laudo que comprove tais informações, dificultando a análise para o presente estudo.

Foram coletadas as informações conforme publicação em notas explicativas, evidenciando os procedimentos utilizados. Assim, podem-se demonstrar os critérios utilizados na aplicação do procedimento do *Deemed Cost* ou Custo Atribuído.

A companhia em 2010 efetuou a avaliação de seus bens do Ativo Imobilizado pelo Método do Custo Atribuído, não sendo apurados bens que estavam com o seu valor contábil maior que seu valor justo e também não identificando os bens que estão totalmente depreciados em uso e adquiridos até o ano de 2009.

Com base nas técnicas utilizadas alguns fatores são importantes para determinar os valores justos dos bens, como segue: estado de conservação; condição de manutenção; condições de uso; condição de operação; e manutenção preditiva, preventiva e corretiva ocorrida nos equipamentos e instalações, assim como reformas nos edifícios e nas benfeitorias incorporadas aos imóveis, que possibilitam o aumento da expectativa de vida econômica do bem.

Após o ano de 2010, quando aplicado o *Deemed Cost*, foram também definidas novas expectativas de vida útil para os bens, o que tem como consequência a mudança das taxas de depreciação como se pode verificar no Quadro 15:

Quadro 15 – Taxas de depreciação utilizadas – Notas Explicativas Weg Motores, 2010

Taxa de depreciação Ativo Imobilizado				
DESCRIÇÃO DA CONTA	2009	2010	2011	2012
Terrenos e Construções	00 a 04%	2% a 3%	2% a 3%	2% a 3%
Equipamentos e instalações	10% a 30%	5% a 20%	5% a 20%	5% a 20%
Móveis e Utensílios	10% a 30%	7% a 10%	7% a 10%	7% a 10%
Hardware e Software	20% a 30%	20% a 50%	20% a 50%	20% a 50%
Veículos	20% a 30%	10% a 18%	10% a 18%	10% a 18%

Fonte: Disponível em: <<http://www.weg.net/ri/>>

Essas alterações nas taxas de depreciação ocorrem de acordo com a variação da expectativa de vida útil dos bens avaliados.

#### 4.3 Resultados das Análises

Para obter uma análise consolidada das práticas adotadas pelas empresas na avaliação de ativo imobilizado, serão apresentados alguns gráficos dos tópicos mais importantes que foram pesquisados para desenvolvimento do trabalho.

Conforme as alterações da Legislação Societária, no que tange ao ativo imobilizado, devem ser efetuadas revisões com base na vida útil dos bens para calcular corretamente a depreciação e amortização. Essa adoção deverá ser feita no exercício que se iniciou em 01.01.2009.

Com isso verificou-se, nas Notas Explicativas e nos Laudos de Avaliação de Imobilizado, que as empresas pesquisadas adotaram os procedimentos conforme determinado na nova legislação.

Na Figura 2 verificam-se as informações que as empresas utilizaram como finalidade para tal avaliação, demonstrando que elas estão se adequando às leis, para que futuramente não sofram nenhuma autuação por não estarem de acordo com as normas vigentes.

Figura 2 – Finalidade da Avaliação do Ativo Imobilizado

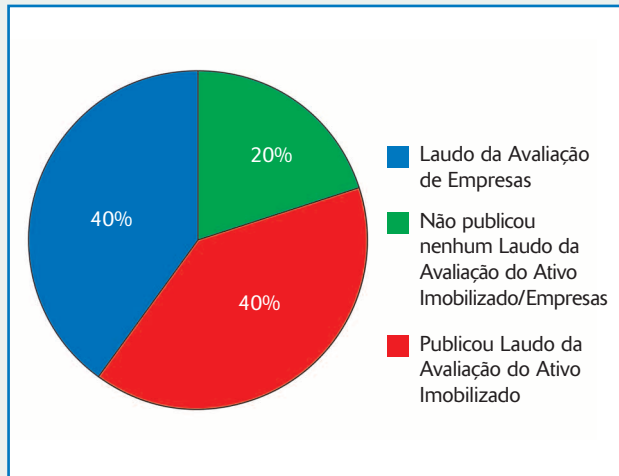
<p><b>Forjas Taurus S.A.</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Atender os termos dispostos no artigo 264 da Lei nº. 6.404, de 15/12/1976 (Lei das S/A), de forma a avaliar o patrimônio e obtenção do Custo Atribuído para os bens constantes no Ativo Imobilizado.</li> </ul>
<p><b>Companhia Industrial Schlösser S.A.</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar a Avaliação dos bens componentes do Ativo Imobilizado para determinação do Valor Justo da Vida Útil estimada desses bens para fins de depreciação.</li> </ul>

Fonte: Dados da pesquisa

Observou-se que as empresas estão se adequando às práticas estabelecidas nas legislações vigentes e nas normas fixadas pelos órgãos competentes.

No Gráfico 2, verifica-se que 40% das empresas pesquisadas publicaram os Laudos de Avaliação do Ativo Imobilizado. Os resultados obtidos das empresas que publicaram os laudos foram mais satisfatórios e compreensíveis pelo fato de todas as informações necessárias para a pesquisa estarem registradas nos mesmos.

Gráfico 2 – Empresas que publicaram os Laudos de Avaliação do Ativo Imobilizado



Fonte: Dados da pesquisa

Ainda no Gráfico 2 pode-se verificar que 20% das empresas pesquisadas não publicaram nenhum tipo de Laudo de Avaliação; as informações para a pesquisa foram retiradas das Notas Explicativas do ano pesquisado, de acordo com os critérios e informações já estudados neste trabalho. Outros 40% das empresas não publicaram Laudo de Avaliação de Imobilizado, mas divulgaram o Laudo de Avaliação de Empresas, em que constam as informações sobre os critérios adotados para avaliar os bens do Ativo Imobilizado. Portanto, pode-se notar que a maioria das empresas não costuma publicar o laudo ou contratar empresas especializadas para avaliar seus bens do Ativo Imobilizado, ignorando o fato de que, se adotassem esse procedimento, poderiam trazer inúmeros benefícios ao empreendimento.

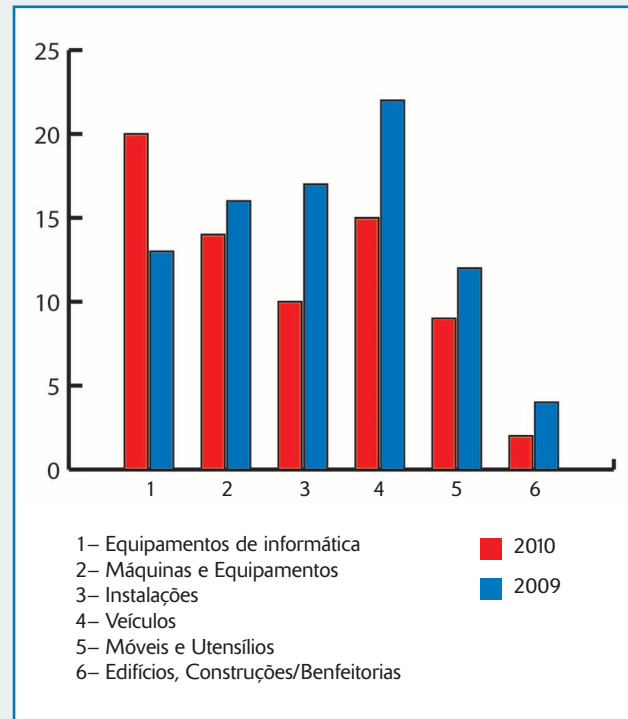
No ano de 2010, como determina o ICPC 10 e o CPC 27, 100% das empresas pesquisadas adotaram o *Deemed Cost* ou Custo Atribuído como opção de adoção inicial para uma 'reavaliação' do ativo imobilizado, o que pode diminuir ou aumentar os valores dos bens de forma justa. Para realizar o procedimento do *Deemed Cost*, é necessário verificar o valor do bem que está desajustado, efetuando o processo de análise junto à Engenharia de Avaliações, que poderá determinar, por meio de conhecimentos técnicos e hábeis, o valor real de cada bem componente do Ativo Imobilizado.

Após a adoção do ICPC10, não é admitida uma revisão do procedimento em períodos subsequentes, mas as empresas deverão optar pelo procedimento do Teste de *Impairment* a cada

final de exercício para que sejam registrados os valores de perdas do capital aplicado, quando for necessário interromper as atividades de tal bem, ou quando este não for capaz de gerar benefícios econômicos para a empresa. Verificou-se que 100% das instituições pesquisadas alteraram suas taxas de depreciação de acordo com a vida útil de seus bens, como determina a empresa especializada em avaliações.

No Gráfico 3 observam-se as variações ocorridas nas taxas de depreciação antes e após a Revisão da Vida Útil dos bens do Ativo Imobilizado.

Gráfico 3 – Variação das taxas de depreciação



Fonte: Dados da pesquisa

No Gráfico 3 verificou-se que, após a Revisão da Vida Útil dos bens do Ativo Imobilizado, todas as empresas pesquisadas alteraram as taxas de depreciação dos bens conforme Laudo de Avaliação de Ativo Imobilizado.

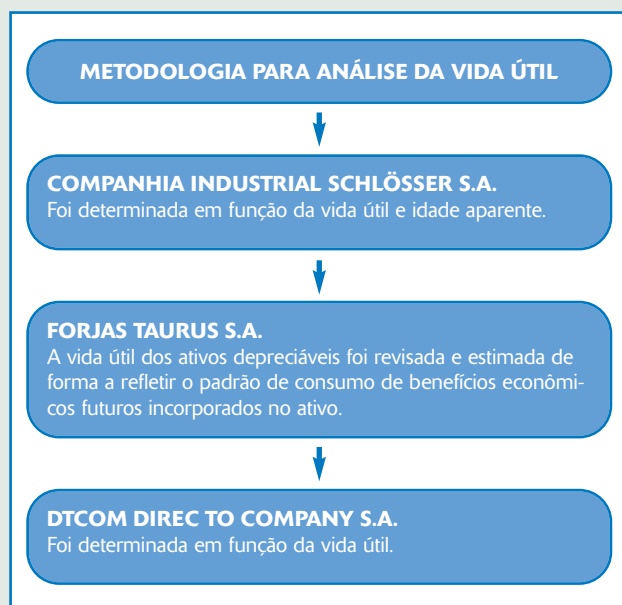
Diante das informações retiradas das Notas Explicativas das empresas pesquisadas no período de 2009 a 2012, verificou-se que na conta de Edifícios e Benfeitorias houve uma variação do ano de 2009 para o ano de 2010, de (-2%); isso significa que, após a avaliação, o profissional da Engenharia de Avaliações detectou que os bens contabilizados nesta conta têm expectativa de vida útil em média de 50 anos em vez de 25 anos, como demonstra o Gráfico 3.

Já na conta de Equipamentos de Informática, no ano de 2009, havia uma expectativa de Vida Útil em média de 7,6 anos antes da avaliação. Após a avaliação foi constatado que os bens tinham uma expectativa de vida útil em média de 5 anos.

Para os engenheiros mecânicos determinarem a vida útil dos bens, é necessário seguir alguns fatores para analisar o estado físico, condições de uso, condições de operação e outros bens que

foram incorporados para aumentar a vida útil dos bens. Contudo, verificaram-se os fatores que as empresas adotaram para analisar a vida útil dos bens, como se pode demonstrar na Figura 3.

Figura 3 – Fatores de revisão de vida útil



Fonte: Dados da pesquisa

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo geral analisar quais as práticas que as empresas estão utilizando para mensurar e avaliar os bens do Ativo Imobilizado, com as constantes mudanças que vêm ocorrendo nas Normas de Contabilidade, em específico no que se refere ao Ativo Imobilizado.

Com o desenvolvimento do trabalho, verificou-se que os procedimentos da NBCT, deliberação do CPC e o ICPC possibilitaram várias mudanças e esclarecimentos a fim de facilitar o processo de desenvolvimento da Contabilidade.

Os objetivos específicos do trabalho foram alcançados de acordo com o objetivo geral, sendo feita a coleta de dados e analisados os procedimentos que as empresas estão adotando para mensurar o Ativo Imobilizado.

A pesquisa teve como pergunta: como estão ocorrendo os procedimentos de avaliação e de mensuração dos ativos imobilizados pós-adoção da NBC TG 27, investigados nos laudos de avaliação, bem como o impacto dessa adoção nos resultados das empresas?

Nesse sentido verificou-se que a implantação de tais pronunciamentos foi vantajosa para as empresas em relação à depreciação, pois determina que a depreciação possa ser utilizada com base na expectativa de vida útil que a companhia espera para que o bem possa desenvolver benefícios econômicos.

Quando foram analisados os procedimentos adotados para mensuração, identificou-se que 100% das empresas utilizaram, no ano de 2009, o Custo de Aquisição como forma de Reconhecimento Inicial do Ativo Imobilizado.

Nas companhias estudadas demonstrou-se que 100% uti-

lizam a Depreciação Linear como Método de Cálculo pela simplicidade de calcular o valor da depreciação.

Todas as empresas pesquisadas optaram pela Revisão de Vida Útil, tendo como base os procedimentos do ICPC 10, que trata da Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado com a finalidade de ajustar os bens ao Valor Justo e Revisar a Vida Útil de seus bens de acordo com a expectativa de gerar benefícios econômicos para a empresa.

Nas Notas Explicativas analisadas, as empresas demonstraram com clareza as informações referentes à Avaliação e Mensuração dos seus bens, assim facilitando o confronto das informações que são tema de pesquisa do presente estudo.

Uma limitação da pesquisa foi o fato de as empresas que adotam os procedimentos da Revisão de Vida útil não publicarem os Laudos de Avaliação de Ativo Imobilizado e Revisão de Vida Útil. Isso impossibilitou promover a pesquisa de forma mais precisa no que diz respeito ao confronto das informações e ter uma amostra mais densa.

Os resultados do trabalho foram alcançados. As empresas objeto da pesquisa aplicaram os procedimentos constantes na NBCT de forma conservadora e eficaz para se adaptar às Novas Normas de Contabilidade, e como disposto na Lei 11.638/07, que rege as novas regras das Sociedades por Ações.

Por fim, apresentou-se um resultado satisfatório da pesquisa, confirmando que as empresas devem se adaptar às novas leis e normas contábeis e que essas informações são de extrema importância para a tomada de decisão.



**Renata Aparecida Soares**

Centro Universitário Izabela Hendrix – MG – CEUNIH.



**Professor Msc Oscar Lopes da Silva**

Centro Universitário Izabela Hendrix – MG – CEUNIH. Mestre em Contabilidade pela Universidade Federal do Paraná.



**Professor Msc Sidney Pires Martins**

Centro Universitário Izabela Hendrix – MG – CEUNIH. Mestre em Administração pela Faculdade Novos Horizontes.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. G. M.; HAJJI, Z. S. **Mensuração e avaliação do ativo: uma revisão conceitual e uma abordagem do Goodwill e do ativo intelectual**. Caderno de Estudos. São Paulo, FIPECAFI, v. 9, n. 16. jul./dez. 1997.
- BRASIL. Lei nº. 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº. 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília – DF, 28 de dezembro de 2007.
- \_\_\_\_\_. Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 17 dez. 1976. Suplemento.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC 01 – **Valor de recuperação de ativos. CPC13 – Adoção Inicial da Lei nº. 11.638/07 e da Medida Provisória nº. 449/08. CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. CPC 27 – Ativo Imobilizado**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pdf/CPC%027.pdf>> Acesso em: out. 2013.
- \_\_\_\_\_. COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. ICPC 10 – **Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43**. Disponível em: <[http://www.cpc.org.br/pdf/ICPC\\_10.pdf](http://www.cpc.org.br/pdf/ICPC_10.pdf)>. Acesso em out. 2013.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Resolução nº. 1.263, de 10 de dezembro de 2009**. Aprova a ITG 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento. Disponível em: <[http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES\\_1263.doc](http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1263.doc)>. Acesso em: out. 2013.
- DESLAURIERS, J. P. (1991). **Recherche qualitative: guide pratique**. Montréal: McGraw-Hill.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GUERREIRO, Reinaldo. **Modelo Conceitual de sistema de informação de gestão econômica: uma contribuição à teoria da comunicação da contabilidade**. São Paulo, 1989. Tese (Doutorado) – FEA USP.
- HENDRIKSEN, S; Breda, V. **Teoria da Contabilidade**. 5. ed.

São Paulo, Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável também às demais sociedades**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LUNELLI, Reinaldo Luiz. **Análise das demonstrações financeiras**. Disponível em <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/analisedemonstracoesfinanceiras.htm>>. Acesso em: out. 2013.

RANGEL, Luciene Laurett; DALMÁCIO, Flávia Zóboli; SANTOS, Nelson Seixas dos; TEIXEIRA, Arideldo José Campanharo. **A Influência da reavaliação de ativos e diferimento de despesas no market to book...** Disponível em: <[http://www.fucape.br/\\_admin/upload/centro\\_pesquisa/a\\_influencia.pdf](http://www.fucape.br/_admin/upload/centro_pesquisa/a_influencia.pdf)>. Acesso em: out. 2013.

RAUSCH, Rita Buzzi. **Efeitos da Reavaliação de Ativos de Empresas Limitadas em suas Investidoras de Capital Aberto com a Vigência da Lei 11.638/07**. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/12semead/resultado/trabalhosPDF/311.pdf>>. Acesso em: out. 2013.

RENGEL, Silene; BENVENUTI, Luiz Pedro; LYRA, Ricardo Luiz Wust Correa de; RAUSCH, Rita Buzzi. **Efeitos da reavaliação de ativos de empresas limitadas em suas investidoras de capital aberto com a vigência da Lei 11.638/07**. 2009. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/12semead/resultado/trabalhosPDF/311.pdf>>. Acesso em: out. 2013.

SANTOS, Edilene Santana. Análise dos impactos dos CPCS da primeira fase de transição para o IFRS nas empresas abertas: um exame censitário dos ajustes ao resultado nas DFPs de 2008. In: XXXIV ENCONTRO DA ANPAD, 34, 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: EnANPAD, 2010. CD-ROM.

SCHVIRCK, Eliandro; SANTOS, Arioaldo dos. **Reavaliação de Ativos: principais práticas adotadas no Brasil**. 2007. Disponível em: <[http://www.congressusp.fipecafi.org/artigos7\\_2007/42.pdf](http://www.congressusp.fipecafi.org/artigos7_2007/42.pdf)>. Acesso em: out. 2013.

SZUSTER, Natan; FERNANDES, Fernanda da Silva. Comparação entre redução ao valor recuperável de ativos e reavaliação de ativos. **Revista Pensar Contábil**, v. 11. Rio de Janeiro, 2009.

TAVARES FILHO, Francisco; MELLO, Gilmar Ribeiro de; MACEDO, Fabrício de Queiroz; YAMAMOTO, Marina Mitiyo. Reavaliação de Ativos Imobilizados no Brasil face aos princípios contábeis, segundo a estrutura conceitual do IBRACON – CVM. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 6., 2006, São Paulo. **Anais...** Disponível em: <[www.congressusp.fipecafi.org/artigos62006/220.pdf](http://www.congressusp.fipecafi.org/artigos62006/220.pdf)>. Acesso em: out. 2013.